

# PENÉLOPE

**FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA**

Director: A.M. Hespanha

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL N.º 5

1991



## **“A História em Discussão”**

**Dossier** A. M. Hespanha *A Emergência da História*, Rui Ramos *A Causa da História do Ponto de Vista Política*.

**Estudos** Fernando Cortés Cortés • José Subtil *Sistema Penal e Construção do Estado Liberal* • Miguel Angel Perfecto *Influências Ideológicas no Projecto de Primo de Rivera (1923 - 1930)* • **Estado da Questão** João B. Serra *O Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-guerra* • **Em Debate** Pedro Lains *Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português?* – II • Valentim Alexandre Lains *no País das Adivinhas* • **Leituras** • **Jornal**

edições  
**COSMOS**

# Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português? — II

**Pedro Lains**

Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

Instituto Universitário Europeu, Florença — Julho 1989

## I

Na resposta à nota crítica dirigida ao artigo de Valentim Alexandre (1986), publicada no último número desta revista, os principais pontos em debate tendem a perder-se. Em primeiro lugar, perdeu-se a discussão da tese fundamental do artigo. Em segundo lugar, o debate sobre algumas hipóteses apresentadas na minha crítica foi ensombrado pelo estilo adoptado por Valentim Alexandre, muito ao gosto dos polemistas mais empenhados do século XIX.

Convém recordar que o objecto de estudo do artigo em causa — expresso, aliás, no seu título — é o dos efeitos *económicos* da perda do império brasileiro. O autor não só infere dos níveis de actividade económica (em particular industrial), a partir das alterações nos *níveis* do comércio com o Brasil, como a partir de alterações na *composição* desse comércio, em *particular* das exportações de produtos manufacturados com aquele destino. Toda a análise se baseia em informação quantitativa relativa ao comércio externo, sendo o estudo dos ciclos da produção industrial portuguesa inferido a partir das exportações (e importações).<sup>1</sup> A informação directamente relacionada com a produção industrial portuguesa parte de evidência qualitativa, ou «impressões», de autores contemporâneos. Não existe qualquer esforço nem para definir nem para quantificar o «desenvolvimento» da economia portuguesa, aspectos fundamentais da argumentação do autor.

A conclusão mais relevante para a nossa historiografia seria, sem dúvida alguma, a de que as alterações nos níveis e na composição do comércio de manufacturas com o Brasil se deveram aos acontecimentos *políticos* dos anos de 1808 e 1810 (acordos com a Grã-Bretanha) e 1822 (independência *de facto* do Brasil)<sup>2</sup>; e que essas alterações se constituíram num «momento crucial do sub-desenvolvimento português». O debate deve então centrar-se na leitura das curvas de exportação e, seguidamente, na discussão do pressuposto segundo o qual Portugal exportava uma parte «determinante» da sua produção industrial para o seu império brasileiro.

Na sua resposta, Valentim Alexandre não desenvolve propriamente argumentos que possam esclarecer os pontos essenciais do debate, tal como eu o vejo. Limita-se a tecer algumas considerações mais ou menos metafóricas sobre a minha argumentação. Entre elas, o autor faz reparos a três pormenores do meu texto — relativos aos desvios de tráfico; ao «contrafactual» de reexportação de textéis de algodão britânicos; e, finalmente, à influência de factores climatéricos na regularidade do comércio — de forma perfeitamente pertinentes. É claro que seria possível atenuar a sua contestação.<sup>3</sup> Não o faço, no entanto, porque penso que se pode avançar mais depressa se os erros — que surjem naturalmente do próprio debate — forem reconhecidos à partida. Esperaria ser secundado nesta opção.

Retomo aqui este debate, quase quatro anos depois (lembro que a minha nota crítica inicial data de 1986), numa tentativa de o levar para além da mera discussão de pormenor. Fundamentalmente, gostaria de chamar a atenção para uma insuficiência metodológica de grande parte dos livros ou artigos que nas últimas duas décadas se têm escrito sobre problemas de «desenvolvimento» ou «sub-desenvolvimento», «des-industrialização» ou «industrialização», em Portugal, cuja base empírica quantitativa e *sistemizada* tende a limitar-se ao comércio externo. O fascínio exercido por essas raras e atraentes séries de números leva a que a procura de informação quantitativa para os restantes sectores da economia seja descuidada. Nas análises de países ou de momentos históricos em que o comércio externo representa uma parcela mais ou menos pequena de toda a actividade económica, tal descuido pode ter consequências graves evidentes.

Com efeito, o estudo da *procura* de bens e serviços constitui apenas um dos lados da análise económica e, por maioria de razão, da análise de história económica. Adicionalmente, a procura nos mercados externos é apenas uma parcela da procura total. Estas observações são quase banais e seriam-no totalmente se não andassem tão perdidas. E «não é necessário ser economista» para lhes prestar alguma atenção. Oliveira Marreca, por exemplo, em textos a que só se terá começado a reparar no quadro de uma maior abertura às influências da mais recente historiografia económica não- ou pós-marxista, argumentava nesse sentido. Referindo-se às primeiras décadas do século XIX, escrevia ele em 1849: «As fábricas estavam muito distante de satisfazer às necessidades do consumo nacional. O excedente fabril, que indica a tabela das exportações, era fictício. Entrava no reino uma quantidade de artefactos estrangeiros... E era forçoso que assim fosse, porque os produtos fabris de nenhum modo chegavam para os consumidores do reino, muito menos podiam chegar para os consumidores do Brasil e outras colónias.»<sup>4</sup> Por outras palavras, segundo Marreca, a produção industrial portuguesa não estaria limitada pela procura, interna ou externa. Atente-se a que esta citação *não é prova de nada*, ela apenas serve para levantar uma hipótese que deveria ser considerada por qualquer historiador que se debruce sobre a industrialização ou o desenvolvimento de Portugal no período. Claro que o mesmo poderia ser atingido com recurso à teoria económica, isto é, com recurso a «deduções de carácter abstracto».

152 Acresce ainda — e isto liga-se com a mais mal tratada parte da argumentação da minha nota crítica — que uma das poucas conclusões da análise de histórica

económica dos últimos vinte anos é a de que, afinal, os mercados externos, nomeadamente coloniais, não foram «determinantes» para os primeiros passos do moderno crescimento económico, mesmo das nações mais abertas ao exterior.<sup>5</sup> Isto em particular no que diz respeito a todo o período anterior ao último quartel do século XIX (ou talvez anterior a 1850), para o qual é difícil dar significado à expressão *economia mundial* — se isso for entendido como uma economia em que as trocas entre as diferentes nações e continentes constituem uma parcela importante da actividade económica à escala mundial —, apesar das análises popularizadas por Wallerstein.<sup>6</sup>

Certamente que os trabalhos a que acima fiz directa ou indirectamente referência procuram ir para além do estudo do comércio externo, apresentando evidência com a qual se procura dar a conhecer as condições da produção nacional. Mas essa evidência é geralmente insuficiente porque apresentada de forma parcelar. Transcrevem-se umas opiniões aqui e ali de autores coevos e dão-se uns valores relativos a alguns sectores e a alguns períodos, sem critérios claros ou sistemáticos.

É também evidente que não existem bases estatísticas fiáveis relativas à produção agrícola ou industrial, ou ao investimento, por exemplo, mas isso não implica que a vida do historiador da economia seja facilitada pela omissão pura e simples da análise sistematizada dessas variáveis. A falta de tais estatísticas pode ser colmatada por estimativas e adivinhas *controladas* que permitem, pelo menos, determinar intervalos de confiança para as hipóteses com que se trabalha. Isso implica que se comece pela explicitação das hipóteses relevantes, sendo a quantificação feita a partir daí e não em função da comodidade da informação estatística existente. Na parte III desta nota exemplificarei este tipo de aproximação à matéria em discussão, procurando pôr em evidência as vantagens e desvantagens das duas diferentes formas de fazer história (económica) aqui em confronto. Antes, porém, na parte II, mostrarei as contradições que, no meu entender, levaram Valentim Alexandre a uma deficiente leitura da curva de exportações de produtos manufacturados para o Brasil.

## II

Antes de entrar no ponto essencial, quero tratar de uma questão prévia quase-metodológica. As correcções que Valentim Alexandre faz aos dados das Balanças do Comércio não são tão importantes como a descoberta da América, como ele parece acreditar; também não tenho interesse em descobrir «ilhas» em mares que não investiguei. Por isso é também irrelevante o facto de eu conhecer ou não os preâmbulos das Balanças de Comércio: *mesmo* em história portuguesa, é possível argumentar sem se conhecerem as fontes tão bem como os peritos dos temas em questão. De outro modo não se perceberia porque é que Valentim Alexandre não publicou com o seu artigo (ou antes) os ditos «preâmbulos», se efectivamente acha que a sua leitura é absolutamente essencial para se compreender o artigo.<sup>7</sup> Lamento que o autor não tenha querido admitir uma discussão que visava (e visa)

explorar as suas «descobertas»: a reavaliação e o aferimento das estatísticas históricas é um trabalho penoso e nunca completo, e o esforço de Valentim Alexandre é indubitavelmente meritório, mas isso não impede que se debata o intervalo de confiança das suas conclusões.

Retomemos brevemente a discussão em torno da escolha do ano que deve ser tomado como o início da «catástrofe». Por ordem cronológica, o primeiro ano candidato, proposto pela historiografia (i.e., por Borges de Macedo), é 1802. A minha contestação aqui é puramente de ordem técnica: este candidato é recusado por Valentim Alexandre porque se encontra *acima* de uma recta de tendência estimada para o período 1796-1806. Não é por isso, no entanto, que ele deve ser «chumbado», mas sim porque existe um ano melhor qualificado, o máximo absoluto de 1799. Assim, 1802 está acima da tendência, mas está na fase descendente da curva, como Valentim Alexandre não deixa de notar, evidentemente: porque é que é considerado um ano positivo, não percebo. Não percebo também a conclusão segundo a qual houve «prosperidade durante a maior parte do período de 1796 a 1807»; ou porque é que «os primeiros sintomas de recessão são em 1805» e não quando a curva passa claramente de uma fase ascendente para uma fase descendente (em 1799); ou porque é que a «recessão geral» começa em 1806-1807. Também não se percebem os critérios subjacentes à escolha do período para o qual se estimou a referida recta de tendência, a não ser uma prévia «impressão» quanto à importância do ano de 1808. Se se tivesse estimado uma tendência para todo o período 1796-1831, ou mesmo apenas para o período de fase descendente (1796-1813), os resultados quanto aos anos «positivos» ou «negativos» seriam muito diferentes.<sup>8</sup> Para melhor esclarecimento consulta-se o gráfico elaborado a partir dos elementos fornecidos por Valentim Alexandre no quadro II do seu artigo e publicado no primeiro capítulo deste debate.

A interpretação correcta da curva em causa, quanto a mim — corrija-me o seu autor —, é que as exportações portuguesas de manufacturas para o Brasil atingiram um máximo absoluto em 1799, decaindo desde então, até 1808, ano em que começa uma fase ascendente (com um máximo relativo em 1809). Talvez esta leitura seja demasiadamente simples para uma série a que se dá tanta importância, no contexto do artigo em causa.

A fase que passo a citar (pela segunda vez) é também incompreensível, à luz do respectivo gráfico; «... as exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil não são, *na generalidade*, afectadas até 1805; e a própria recessão de 1806 é muito relativa, uma vez comparada à quebra vertical que registámos agora, no estudo do período de 1808 a 1831.» Se não interpreto mal a sua escrita, esta frase precede logicamente a seguinte, que aparece algumas linhas abaixo: «... não pode deixar de impressionar a coincidência entre o momento em que se inicia a crise *mais acentuada, na mairia dos casos*, e as perturbações políticas relacionadas com o movimento independentista brasileiro (1821-24).» (Alexandre, 1986, p. 38, sublinhados meus). Devo confessar que perdi algum tempo a aferir a relevância destas citações, e que perdi algum tempo também a tentar descortinar algum erro no mencionado gráfico. Continuo sem perceber, tanto mais que esta periodização não é

igual à que proponho na primeira nota, com a qual Valentim Alexandre parece estar de acordo (Alexandre, 1989, p. 105).

Estas conclusões gerais do artigo de Valentim Alexandre estão, por assim dizer, a fazer historiografia. E estão a fazê-lo rapidamente, como seria de esperar, dado o carácter sólido da sua argumentação. A atestar isto cito Miriam Halpern Pereira que, num artigo publicado também em 1986, refere-se à seguinte conclusão de Valentim Alexandre: «*In general terms*, it [o artigo visado] puts an end to an old polemic about the initial date of the crisis in this fundamental axis of Portuguese foreign trade. It is now *statistically demonstrated* that the year 1808 marked the start of the break of the two fundamental elements of this circuit: the re-export of Brazilian products to Portugal and *the export of industrial products to Brazil*» (Pereira, 1986, p. 289, sublinhados meus).<sup>9</sup> Esta conclusão, que *pertence* inegavelmente ao artigo em causa, como vimos, não é, pura e simplesmente, correcta. Leia-se, insito, o gráfico que nos tem servido de suporte.

Uma pista para a resolução deste paradoxo é a seguinte: o autor do artigo que suscitou este debate procede à análise das exportações de manufacturas portuguesas para o Brasil a dois níveis, agregado e desagregado, a qual levou a conclusões contraditórias entre si. Dito de outro modo, a leitura que se reporta ao conjunto de produtos industriais designado por «na generalidade», «na maioria dos casos» ou «*in general terms*», não coincide com a leitura da curva das exportações totais de manufacturas. Nestes meus comentários, estou apenas a tomar em consideração a leitura dos dados a nível agregado, enquanto que o autor extrai conclusões gerais — como as veiculadas pelas frases transcritas nos parágrafos acima — referidas à «maioria dos casos». É caso para perguntar se o todo é *menos* do que a soma das partes.

Mais um pormenor: ao dizer que Valentim Alexandre não toma em consideração os preços na sua análise das tendências, não digo, evidentemente, que ele não os considere na sua interessante análise desagregada. E o mesmo problema aparece de novo na sua resposta à minha nota crítica, quando reafirma que «... a recuperação de 1814-18 é muito relativa, não atingindo a média anual dois terços da registada em 1802-06 ...» ou (numa afirmação que contradiz a leitura dos seus valores globais), «... a quebra ocorrida na década de vinte é incomparavelmente mais profunda do que a contracção do início do século ...» (Alexandre, 1989, p. 105). Aqui, como em outros passos do seu artigo, a evolução geral dos preços das exportações não é tida em consideração.

### III

Passemos finalmente à discussão daquilo que me parece o ponto fundamental de toda esta questão, a saber, a importância dos mercados coloniais para a produção industrial portuguesa. A minha argumentação neste ponto baseou-se essencialmente em «deduções de carácter abstracto», como muito bem diz Valentim Alexandre. A abstracção é, aliás, uma das características de análise económica que

tem a vantagem de alargar a perspectiva de análise. E, efectivamente, se não se recorrer à abstracção, a boa argumentação de Valentim Alexandre, fundamentada ainda numa sólida tradição historiográfica, aparece como irrefutável. Para o leitor seria talvez menos penoso se o debate se centrasse aqui.

Essa sólida tradição historiográfica tem levado a aceitar citações de Acúrsio das Neves ou da imprensa portuguesa publicada em Londres, por exemplo, como prova da elevada importância das exportações para a produção industrial. Se eu seguisse a mesma tradição, e não fizesse deduções abstractas, contestaria essa «prova» com base em citações de autores, ou jornais, igualmente, abalizados, mas com opiniões contrárias. Tais opiniões seriam certamente mais difíceis de encontrar, uma vez que vão contra o senso comum da época, sucessivamente traduzido pelos historiadores que se têm debruçado sobre a economia portuguesa. Mas não seria impossível, como atestam as palavras de Oliveira Marreca, atrás citadas.

Não utilizarei esse tipo de contestação porque não me parece que se deva fazer história económica a partir de *batalhas de citações*: não se determina a validade dos argumentos em função do número ou da qualidade das citações em seu favor ou desfavor. Os testemunhos de época servem para conduzir a investigação. E para dar mais côr ao discurso, confrontando as conclusões do historiador com o «espírito» da época.

É num quadro de senso comum que se produzem refutações como a de Valentim Alexandre, quando contesta a utilização que faço das conclusões da historiografia inglesa sobre a importância dos mercados externos. Apresentando como alternativa a comparação com a Catalunha, escreve o autor: «Ora, como todos sabem, para a indústria têxtil catalã de fins do Antigo Regime era o mercado ultramarino o determinante e não o mercado espanhol.» (Alexandre, 1989, p. 109). O peso da historiografia tradicional é nítido aqui. Como todos sabem? — Também todos sabiam que a procura externa tinha sido «determinante» para a Revolução Industrial britânica. Até que alguém se decidiu a fazer as contas e a dar nomes menos abstractos aos fenómenos em análise.<sup>10</sup> Acrescento que o debate sobre este assunto está agora apenas a aquecer, em Barcelona, sob os auspícios da insuspeita escola nacionalista catalã.<sup>11</sup>

Vou terminar esta tréplica, exactamente com algumas contas feitas sobre o joelho, tão ao gosto dos *cliometras*. Com isso não quero atingir conclusões definitivas, quero apenas mostrar que existem boas razões para se duvidar da importância *determinante* do Brasil para a produção industrial portuguesa nas primeiras décadas do século XIX.

Antes de mais devemos tentar estabelecer quanto se perdeu com a queda das exportações de manufacturas para o Brasil. Essa perda pode ser tomada como a diferença entre as exportações médias anuais de todo o período 1806-1831 e as exportações do período áureo de 1796 a 1805. Esta periodização parece-me pacífica porque evita qualquer problema quanto ao estabelecimento das datas chave na evolução das curvas. É claro que é preciso tomar estes valores a preços constantes, por mais que não seja porque estamos a fazer comparações ao longo de um período de mais de três décadas. Não temos um índice de preços para as exportações para

este período. No entanto, talvez não choque a muita gente o facto de se usar como aproximação a evolução do preço de um produto — o linho — que representava uma média de 28,9% (desvio-padrão = 9,6) do valor total (rectificado) das exportações de manufacturas portuguesas para o Brasil. Partindo destes preços <sup>12</sup> (com base em 1830, ano normal, como veremos abaixo), estimei o valor médio daquelas exportações para o período 1796-1805, em 2625 contos/ano (i.e., milhões de reis); para o período 1806-1831, o mesmo valor é de 1070 contos/ano. Nestas condições, a «perda» do Brasil traduziu-se por uma contracção das exportações de produtos industriais portugueses de 1555 contos/ano. Para enviezar este exercício em *desfavor* da minha hipótese de trabalho, vou supôr que a contracção nos mercados externos não foi compensada por um aumento da procura interna e, portanto, que se traduziu totalmente numa perda da procura para a produção industrial portuguesa.

A questão central parece estar agora em saber a que correspondem os cerca de 1600 contos de produção industrial. Quando se fala na importância *determinante* da perda dos mercados brasileiros está-se implicitamente a pensar num valor que não será muito diferente deste. Não conhecemos o valor da produção industrial neste período, nem tão pouco o valor do produto nacional português. Mas algumas adivinhas controladas poderão dar uma ideia de qualquer forma mais precisa do que aquilo que até aqui se tem proposto para resolver esta questão.

Uma dessas adivinhas consiste em tomar a estimativa de David Justino para o valor do PNB *per capita* em Portugal em 1850, assumir um certo intervalo para as taxas de crescimento económico em retrospectiva, e estimar um intervalo de valores possíveis para, por exemplo, 1830. Com este exercício corre-se o risco de pôr algumas pessoas com os cabelos em pé ou, o que seria pior, de as levar a abandonar aqui, quase no fim, a leitura deste texto. Todavia, ele justifica-se pelo simples facto que nos dá uma «impressão» com um largo intervalo de confiança.

Segundo as estimativas de David Justino (1987, pp. 455 e 460), o PNB *per capita* português era entre 30\$000 e 38\$300, em 1850, a preços correntes. Em 1830 os preços internos, segundo um índice elaborado pelo mesmo autor, situavam-se apenas cerca de 10% acima do nível de 1850 (Justino, 1986, p. 636). Esta, aliás, foi uma das razões da escolha daquele ano como termo de comparação para o presente exercício. Com estes valores em conta, se assumem as alternativas apresentadas no quadro 1.

A perda dos mercados brasileiros de produtos manufacturados pode agora ser medida de forma relevante. Os cerca de 1 600 contos que deixaram de ser vendidos ao Brasil em 1830, segundo a nossa hipótese, representariam um máximo 2.4% (1600/66 900) e um mínimo de 1.0% (1600/155 400) do PNB daquele ano. Dadas as hipóteses subjacentes, relativas às taxas de crescimento no período 1830-1850, estes valores representariam, respectivamente, *menos de dois anos de crescimento* (à taxa de 1.5% ao ano) ou um *agravar de depressão de menos de um ano* (à taxa de — 1.5% ao ano). A larga margem de erro adoptada para o PNB total de 1830 (i.e., 1 : 2.3) parece suficiente para se poder confiar nestes resultados. Assim, a perda do mercado brasileiro para as manufacturas portuguesas teria representado apenas um «momento» do desenvolvimento, isto é, do crescimento económico, português. <sup>13</sup>

**QUADRO 1**  
Qual seria o PNB em Portugal em 1830?  
(preços de 1830)

Ano	PNB per capita		População	PNB total (contos)	
	Mínimo	Máximo		Mínimo	Máximo
1850	30\$000	38\$000	3 471 000	104 130	132 939
1830	22\$300	28\$400	3 000 000	66 900	85 200 (a)
	30\$000	38\$300		90 000	114 900 (b)
	40\$600	51\$800		121 800	155 400 (c)

Os vários valores para 1830 derivam das seguintes hipóteses quanto à taxa de crescimento para o período 1830-1850:

- (a) crescimento de + 1.5% ao ano;
- (b) crescimento nulo;
- (c) crescimento de — 1.5% ao ano.

Fontes: Justino (1987, pp 455 e 460); para a população, Pereira (1983, p 19). O quadro refere-se a Portugal continental.

Uma forma menos heróica de medir a importância relativa dos mercados brasileiros para as manufacturas portuguesas, consiste em comparar as exportações anuais com uma outra fonte de procura agregada autónoma cujos valores são conhecidos: as despesas do Estado. Esta comparação por si só não diz nada, mas podemos confrontá-la com igual comparação para o caso britânico durante parte do período da revolução industrial (considera-se o valor *total* hipotético das exportações e não a *perda* do mercado, exactamente para se poder fazer este confronto). Estas comparações, apresentadas no quadro 2, têm de ser utilizadas com bastante cuidado, pois não revelam determinados elementos que podem ser importantes. Por exemplo, não se faz a distinção da composição dos gastos do Estado em ambos os países, nomeadamente no que diz respeito ao peso da dívida pública, que pode implicar níveis diferentes na procura de bens e serviços por parte do Estado. Por outro lado, não se consideram possíveis diferenças no próprio peso do Estado na economia. Finalmente, não se entra em linha de conta com possíveis diferenças na dimensão relativa da componente importada das exportações.

Mas, para o presente debate, estas comparações imperfeitas são suficientes. Com efeito, aquilo que se conclui do quadro 2 é que as exportações de produtos industriais para o Brasil representaram uma fonte de procura agregada autónoma no período anterior à «crise», cuja importância relativa foi, *no máximo*, da mesma ordem da importância relativa dos mercados externos para a Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII — comparem-se os valores para Portugal correspondentes a 1800-1802, com os valores da Grã-Bretanha para os anos em que as despesas do Estado eram mais elevadas. Dadas as conclusões a que as contas têm levado os historiadores económicos britânicos, é no mínimo uma questão de bom

**QUADRO 2**  
 Comparação de duas fontes de procura agregada *autónoma*:  
 Grã-Bretanha (1740-1780) e Portugal (1800-1827)

Grã-Bretanha (m. libras)					Portugal (contos)			
Ano	(1) Gastos do Estado	(2) Export. indust. totais	(3) (2) / (1)	(4) GE / PNB	Ano	(5) Gastos do Estado	(6) Export. indust. Brasil	(7) (6) / (5)
1740		6.3			1800	11 967	3 716	0.31
1750	7.2	8.0	1.11		1801	13 011	3 918	0.30
1760	18.0	10.3	0.57	12.7%	1802	10 082	3 320	0.33
1770	10.5	11.2	1.07		1812	8 018	398	0.05
1780	22.6	9.9	0.44		1817	11 533	1 069	0.09
1790	16.8	15.2	0.90		1821	7 038	1 096	0.16
1800	51.0	23.5	0.46	15.3%	1827	8 996	575	0.06

Notas e Fontes:

Colunas (1): Mitchell (1975, pp. 370-71);

(2): Cole (1981, p. 40); exportações totais de produtos industriais;

(4): Crafts (1985, p. 63); gastos do Estado / PNB;

(5): Silveira (1987, p. 527);

(6): Alexandre (1986, p. 44); exportações *rectificadas* de produtos industriais para o Brasil.

senso não dar como ponto assente que, para o caso português, as exportações de produtos industriais para o Brasil eram «cruciais» para o desenvolvimento económico do país.

As conclusões derivadas da leitura dos quadros 1 e 2 reportam-se, como é evidente, a uma análise estática. Por outras palavras, os efeitos *dinâmicos* da perda dos 1 ou 3% do PNB não são tidos em consideração. Tem sido argumentado — e Valentim Alexandre fá-lo no seu artigo relativamente ao que ele chama de movimento de «proto-industrialização» baseada nos lanifícios do Norte do país — que os sectores chave da economia portuguesa seriam exactamente aqueles que estavam relacionados com a exportação. Deste modo, a perda desses 3 do PNB ultrapassaria o simples valor contabilístico. Deixando de lado toda a discussão sobre a própria existência de sectores-chave neste período caracterizado por experiências de lento crescimento económico, mesmo na Grã-Bretanha, deve notar-se que o argumento segundo o qual as exportações portuguesas de manufacturas para o Brasil pertenciam aos sectores mais dinâmicos da economia (ou da indústria) não tem largo suporte. De facto, sendo aqueles mercados protegidos, nada leva a supôr que aquilo que Portugal para lá exportava seria aquilo que Portugal melhor sabia produzir. Uma diferença substancial existia entre as exportações industriais britânica (pós-1770) e as exportações industriais portuguesas (até 1808): a protecção alfandegária.

Quero terminar com uma nota que possa ajudar à leitura deste debate. Acima de tudo, o que está aqui em confronto são duas formas distintas de aproximação à história económica. O que mais as distingue, precisamente, é que numa, aquela que eu procuro seguir, existe a preocupação de explicitar os argumentos ou hipóteses da melhor forma possível e, seguidamente, produzir informação empírica que os sustente ou contrarie. A grande vantagem desta corrente historiográfica acaba por aparecer como uma desvantagem em debates deste tipo. Efectivamente, ao tornar explícitos os argumentos, torna também aparentemente mais fácil a sua contestação. Por exemplo, a estimativa dos valores subjacentes a uma hipótese que estava apenas *implícita* no artigo de Valentim Alexandre — isto é o peso do sector exportador na indústria ou no PNB português — pode pura e simplesmente ser desqualificada pelo aparente senso comum segundo o qual não faz sentido estimar o valor do PNB numa era pré-estatística, em que, porventura, nem sequer existia uma economia *nacional*. Numa assembleia de historiadores não economistas este tipo de argumento colhe frutos facilmente, quando ele seria redundante e contraditório. Redundante porque o que interessa aqui é a ordem de grandeza dos resultados; contraditório, porque, a acreditar nisso, não se poderia sequer falar do processo de «desenvolvimento económico».

## NOTAS

<sup>1</sup> Um exemplo deste tipo de raciocínio é-nos dado em Alexandre (1987, p. 15), onde se «demonstra» a existência de um «núcleo protoindustrial» na zona de Entre-Douro-e-Minho, primeiro a partir de referências da «generalidade dos textos da época» (embora aponte a excepção de Acúrsio das Neves, para a qual o nosso autor encontra uma justificação) e, em seguida, a partir do facto de que os linhos representavam entre 20% e 30% das exportações de produtos manufacturados portugueses (a partir do Porto, Viana ou Figueira). O que será preciso fazer para mostrar que isto não é prova de nada? — O que interessa o facto, só por si, das exportações de linhos serem 20% (ou 40% ou 70% ou 90%) das exportações de Portugal?; O que interessam as «opiniões» da época: é o papel do historiador reproduzi-las, ou tentar aferi-las?

<sup>2</sup> Estas conclusões, relativas apenas às manufacturas exportadas para o Brasil, encontram-se de forma *clara e explícita*, por exemplo, na página 38 do artigo de Valentim Alexandre (1987); para as exportações *totais* de produtos do reino, o ano de 1808 aparece sob outro prisma nas páginas 22-23 do mesmo artigo.

<sup>3</sup> Para além de atenuar esta contestação, poderia também tentar «contra-atacar» nos mesmos moldes. Aqui notaria a contradição existente no último parágrafo da réplica de Valentim Alexandre, quando insere logicamente o seu artigo no «domínio do comércio externo», para depois criticar aqueles que centram a questão em «meras deduções (...) a partir da simples curva global das exportações de produtos manufacturados». Noto que não posso estar mais de acordo com esta segunda frase.

<sup>4</sup> Oliveira Marreca (1983, vol. 2, p. 98). Esta citação é retirada do artigo de Fátima Bonifácio (1987, p. 83), artigo em que é patente o cuidado em não extrair conclusões apressadas relativas ao estado da economia portuguesa, a partir da análise do comércio externo. A influência das novas correntes historiográficas é nítida aqui. O mesmo cuidado já não está presente no artigo de Jorge Pedreira (1987) — que igualmente contém excelente informação sobre o comércio externo português (1800-1825) —, e sobre o qual poderiam recair quase todas as críticas fundamentais — mas não de pormenor, evidentemente — que dirijo ao artigo de Valentim Alexandre (1987).

É curioso notar como os antecedentes do presente debate remontam no tempo. Numa crítica a Acúrsio das Neves, escreve ainda Oliveira Marreca (1983, p. 98): «O autor apresenta esta tabela [dos valores das exportações de manufacturas portuguesas para o Brasil como o *documento mais capaz de nos dar alguma luz sobre o progresso e decadência das nossas manufacturas*, que — segundo ele afirma — tinham o principal consumo no Brasil e domínios ultramarinos. Mas engana-se.» Seria interessante ligar a posição destes dois autores às suas opções políticas face ao protecționismo (A. das Neves) ou ao livre-cambismo (O. Marreca).

<sup>5</sup> Para o caso britânico ver, por exemplo, os capítulos do livro editado por Floud e McCloskey (1981), da responsabilidade de N.C.R. Crafts, W.A. Cole, e C.K. Harley e D.N. McCloskey. Quanto à Espanha, ver Prados (1988, Cap. 2). Para o caso mais específico da Catalunha, ver adiante nota (11).

<sup>6</sup> O debate que iniciei foi nitidamente inspirado na discussão em torno das conhecidas teses de Immanuel Wallerstein. Para uma breve crítica das mesmas teses, na qual se demonstra a reduzida importância da «periferia» para o comércio externo e a formação de capital do «centro» (i.e., da Europa), ver O'Brien (1982). Ver também o artigo síntese de Peter Mathias (1987), justamente sobre uma secção do 9.º Congresso Internacional de História Económica (Berna, 1986), intitulada «The Emergence of the World Economy, 1500-1914». A publicação deste importante artigo em Portugal não pode passar despercebida.

<sup>7</sup> Neste ponto, Valentim Alexandre aconselha-me a leitura dos preâmbulos das Balanças do Comércio, de modo a aferir da boa qualidade das respectivas avaliações das mercadorias transaccionadas. Prefiro, no entanto, não seguir o seu conselho e observar como nas séries publicadas, tanto em Pedreira (1987) como em Alexandre (1988), os preços aparecem muitas vezes repetidos durante três, quatro ou cinco anos seguidos, mostrando serem preços «institucionais» e não de mercado. A talhe de foice, numa desportiva troca de galhardetes, manifesto o meu espanto pela forma como um historiador do mérito de Valentim Alexandre faz, de um exemplo, uma prova de facto (Alexandre, 1987, pp. 104-105).

<sup>8</sup> Como se procura mostrar, a recta de tendência ajustada por Valentim Alexandre ao período 1796-1806, sofre de várias limitações importantes, que a esvaziam de significado. Outra dessas limitações deriva do facto de se ter ajustado uma recta a uma curva em U invertido, num intervalo de tempo (11 anos) muito curto. É caso para perguntar qual é o coeficiente de determinação (vulgo, o R<sup>2</sup>) da sua estimativa, o qual, ao contrário do que é habitual, não nos é dado. Se se imaginar, com a ajuda do gráfico que publiquei por ocasião do primeiro folhetim deste debate, uma recta entre aqueles anos (com base na informação, dada pelo autor, dos anos que estão acima ou abaixo da tendência), facilmente se deduz que aquele coeficiente deve ser baixo.

<sup>9</sup> Mantenho esta citação numa língua do «mundo anglo-saxónico», para que a sua autoridade seja ainda maior...

<sup>10</sup> Para uma recente síntese e revisão das conclusões destas contas, ver Crafts (1985, pp. 125-40).

<sup>11</sup> Em 1987 este assunto foi discutido numa sessão do *XII Simposi de Analisis Economico*, organizado pela *Universidad Autonoma de Barcelona*, sessão intitulada «La demanda de textilis en la Espana del siglo XVIII: mercado y formas de comercialización». Sobre a Catalunha foram apresentadas quatro comunicações, entre as quais se encontravam três monografias sobre empresas textéis, das quais, como é evidente, não se podem extrair conclusões gerais. No entanto, é de notar que, das três empresas estudadas, apenas uma vendia cerca de 48% da sua produção para as colónias espanholas (média de 1790-1800), enquanto que outra vendia apenas de 2 a 12% (1759-1796), e a terceira 0.15% (1792-1807). Dado que não posso avançar mais pormenores em relação ao resto da bibliografia sobre a Catalunha, que não conheço, socorro-me de uma das comunicações apresentadas: «En términos generales, la investigación reciente ha tendido a debilitar la conexión entre comercio colonial y crecimiento económico en la Espana del siglo XVIII

(Fontana, 1982; Delgado, 1986). Y por conseguinte empequecece la importancia que se atribuye al comercio colonial en las interpretaciones de la expansión que conoció entonces la economía catalana, sobre todo en lo que al sector industrial se refiere (Maluquer de Motes, 1985, pp. 204-210).» (Duran e Torras, 1987, p. 1). Parece que ainda não são todos os que sabem onde estavam os mercados mais determinantes para as indústrias têxteis catalãs.

<sup>12</sup> Estes são os preços dos panos de linho saídos para o Brasil do principal porto exportador (o Porto), calculados a partir de Alexandre (1988, Anexo, quadros 124 e 133).

<sup>13</sup> Os valores do PNB *per capita* foram estimados essencialmente a partir da observação de algumas regularidades — como a relação entre o salário médio de um operário não especializado e o rendimento nacional — sem qualquer suporte teórico evidente. Para aqueles que vejam estas estimativas como algo de teológico, um termo de comparação mais imediato pode ser dado por uma estimativa das despesas com produtos industriais de trabalhadores rurais pertencentes aos lugares mais baixos da escala: os trabalhadores de enxada. Segundo ainda Justino (1987, p. 456) o salário médio destes trabalhadores, no Porto, era de \$130 por dia, em 1850. Se se tomar o mesmo nível real para 1830, o valor correspondente passa a ser \$143/dia. Com 250 dias de trabalho num ano, o valor do salário anual é de 35\$750 (cf. com a estimativa do PNB *per capita*). Tomando como hipótese o consumo de produtos industriais a um nível tão baixo como os 10% do salário, a despesa anual em manufacturas de um trabalhador de enxada seria de 3\$575. Os 1600 contos que deixaram de ser vendidos para o Brasil, correspondem assim ao valor estimado da procura de manufacturas de 450 000 trabalhadores rurais num ano (1600 contos / 3\$575). Na hipótese irrealista em que o rendimento nacional total seria igual ao rendimento destes 450 mil rurais, a perda do império brasileiro corresponderia, para a indústria portuguesa, à perda de um ano de procura agregada interna.

Descendo um pouco mais à terra, deixo aqui a informação curiosa do facto de um «mapa estatístico da comarca de Guimarães, em 1787» nos dar uma exportação de fazendas de linho «para dentro de Portugal» de 503 contos de reis e «para fora de Portugal» de 41.4 contos de reis (Monteiro, 1986, p. 90). Neste caso as vendas ao estrangeiro, presumivelmente ao Brasil, representariam 7.6% das vendas para fora da comarca. Convida-se à comparação daqueles 500 contos com os 1600 contos «perdidos» com o Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Valentim (1986) — «Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro», *Ler História*, n.º 7, pp. 3-45.
- IDEM (1988) — *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- IDEM (1989) — «Um passo em frente, vários à rectaguarda: resposta à nota crítica de Pedro Lains», *Penélope*, n.º 3, pp. 103-110.
- BONIFÁCIO, M. Fátima (1987) — «Comércio externo e política pautal na primeira metade do século XIX», *Ler História*, n.º 10, pp. 75-108.
- COLE, W. A. (1981) — «Factors in Demand» in Floud e McCloskey (1981).
- CRAFTS, N. F. R. (1981) — «The Eighteenth Century: a Survey», in Floud e McCloskey (1981).
- IDEM (1985) — *British Economic Growth during the Industrial Revolution*, Oxford, Clarendon Press.
- DELGADO, J. M. (1986) — «Comércio colonial y crecimiento económico en la Espana del siglo XVIII. La crisis de un modelo interpretativo», *Manuscritos*, Universidade Autónoma de Barcelona, n.º 3, pp. 23-40.
- DURAN, Montserrat e Jaume Torras (1987) — «Los mercados de una empresa panera catalana en la segunda mitad del siglo XVIII. La casa Torelló de Igualada, 1759-1796.» (mimeo)

- FLOUD, R. e D. McCloskey (1981) — *The Economic History of Britain since 1700*, Cambridge, Cambridge University Press (2 vols.).
- FONTANA, Josep (1982) — «Introducción. Comercio colonial y crecimiento económico: revisiones e hipótesis», J. Fontana (ed.): *La economía española al final del Antiguo Régimen. III: Comercio y colonias*, Madrid, Alianza.
- HARLEY, C. K. e D. N. McCloskey (1981) — «Foreign Trade: Competition and the Expanding International Economy» in Floud e McCloskey (1981).
- JUSTINO, David (1986) — *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa (publicado pelas Edições Vega, 1988/89).
- IDEM (1987) — «A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 — algumas estimativas provisórias», *Análise Social*, vol. 23, n.º 97, pp. 451-61.
- LAINS, Pedro (1989) — «Foi a perda do império brasileiro num momento crucial do subdesenvolvimento português?», *Penélope*, n.º 3, pp. 92-102.
- MALUQUER de Motes, Jordi (1985) — «La revolución industrial en Catalunya», N. Sánchez-Albornoz: *La modernización económica de España, 1830-1930*, Madrid, Alianza.
- MARRECA, Oliveira (1983) — *Obra económica*, Recolha, anotações e revisão de texto de Cecília Barreira, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância (2 vols.)
- MATHIAS, Peter (1987) — «A formação de uma economia mundial (1500-1914)», *Ler História*, n.º 11, pp. 77-93.
- MITCHELL, B. R. (1978) — *European Historical Statistics, 1750-1970*, Londres, MacMillan Press.
- MONTEIRO, Nuno (1986) — *Forais e regime senhorial. Os contrastes regionais segundo o Inquérito de 1824*, ISCTE, Lisboa.
- O'BRIEN, Patrick (1982) — «European Economic Development: The Contribution of the Periphery», *Economic History Review*, vol. 35, n.º 1 (Fevereiro), pp. 1-20.
- PEDREIRA, Jorge (1987) — «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural», *Análise Social*, vol. 23, n.º 97, pp. 563-96.
- PEREIRA, M. Halpern (1983) — *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, Lisboa, Sá da Costa (2.ª ed.).
- IDEM (1986) — «Portugal and the Structure of the World Market in the Eighteenth and Nineteenth Centuries», in W. Fischer, R. M. McInnis e J. Schneider (eds.): *The Emergence of the World Economy, 1500-1914. Papers of the IXth International Congress of Economic History*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag.
- PRADOS, de la Escosura, Leandro (1988) — *De império a nación. Crecimiento y atraso económico en España (1780-1930)*, Madrid, Alianza.
- SILVEIRA, Espinha da (1987) — «Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do século XIX (1800-1827)», *Análise Social*, vol. 23, n.º 97, pp. 505-29.